



**UNIVERSIDADE FRANCISCANA**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**  
**ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS**

**ESTHER DE DAVID MAICÁ**

**A EVASÃO ESCOLAR COMO UM RISCO PARA O PROJETO DE EDUCAÇÃO  
PARA TODOS**

Santa Maria, RS  
2019

**ESTHER DE DAVID MAICÁ**

**A EVASÃO ESCOLAR COMO UM RISCO PARA O PROJETO DE EDUCAÇÃO  
PARA TODOS**

Trabalho Final de Graduação (TFG) apresentado ao Curso de Pedagogia, Área de Ciências Humanas, da Universidade Franciscana, UFN como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada (o) em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Juliane Marschall Morgenstern

Santa Maria, RS  
2019

## RESUMO

O estudo tematiza a evasão escolar e analisa as práticas de contenção da evasão colocadas em funcionamento no contexto atual da educação brasileira. Para tanto, mapeou-se os programas educacionais que atuam na redução da evasão escolar no presente e quais as ações delineadas por esses programas com fins de exercer um controle sobre a evasão. Realizou-se uma análise documental dos programas Novo Mais Educação, Mais Alfabetização e Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa percebendo-se o direcionamento de ações que operam por meio de uma lógica preventiva. Fez-se um recuo histórico a fim de identificar a operacionalização de ações relacionadas a evasão em outras épocas da história brasileira. A abordagem metodológica adotada foi a realização de um estudo histórico de inspiração genealógica e a análise dos dados foi realizada qualitativamente. Na realização do estudo, analisou-se que a evasão escolar emergiu de discussões sobre rendimento escolar iniciadas no Brasil República e ampliou-se significativamente em meados do século XX, tornando urgente a constituição de políticas educacionais direcionadas a contenção da evasão. Verificou-se que os programas educacionais analisados atuam antecipando o risco a partir de cálculos estatísticos que dizem da realidade escolar e agem por meio de dois grandes mecanismos: a ampliação do tempo de permanência na escola e a democratização e flexibilização da aprendizagem. Os estudantes passam a ser atendidos de modo variado e a escola adota estratégias que se adaptam a diversidade dos indivíduos, garantindo apoio mais intenso e diferenciado para aqueles que necessitam. O acompanhamento permanente e a flexibilização tornam-se condições necessárias para a ampliação dos mecanismos de manutenção de todos na escola, porém não têm sido suficientes para a eliminação da evasão escolar, tendo em vista o cenário social de desigualdade enfrentado pelas crianças e jovens brasileiros no presente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas educacionais; Evasão escolar; Práticas de contenção da evasão

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	5
2.1 BREVE PANORAMA HISTÓRICO.....	9
3. METODOLOGIA.....	13
3.1 MATERIAIS DE ANÁLISE.....	14
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS.....	23

## 1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho Final de Graduação foi desenvolvido no Curso de Pedagogia da Universidade Franciscana durante o ano de 2019. A elaboração deste trabalho se deu a partir de leituras realizadas nas disciplinas cursadas e vivências ao longo da graduação, nas quais o tema da evasão escolar foi colocado em evidência. Assim, optou-se pela problematização e estudo da evasão escolar por tratar-se de uma temática que há muito tempo é motivo de discussão entre educadores e profissionais da educação.

O interesse na realização deste estudo surgiu com alguns questionamentos que apareceram durante a trajetória acadêmica, em disciplinas específicas cursadas na Universidade, dentre as quais destacam-se: Políticas Educacionais, Pedagogia da Alfabetização, Pesquisa em Educação e História da Educação. Cabe ressaltar que a disciplina de Educação de Jovens e Adultos – EJA também instigou a escolha pelo tema. Durante a disciplina visitou-se uma escola em que foram observados jovens que haviam parado de estudar e estavam retornando aos estudos. Na ocasião, os acadêmicos(as) do Curso de Pedagogia conversaram com alguns daqueles jovens que frequentavam a EJA, os quais relataram dificuldades para seguir os estudos. Dentre tais dificuldades, as mais relatadas foram a gravidez na adolescência e a falta de recursos financeiros, situação em que muitos disseram ter que abandonar a escola para trabalhar, a fim de complementar a renda familiar. Além disso, também se verificou, a partir dos relatos dos jovens, a falta de apoio e incentivo familiar para a continuidade dos estudos. Tais narrativas dos jovens contribuíram para a reflexão sobre as possíveis causas do abandono e da evasão escolar no Brasil e impulsionaram a realização deste estudo.

A temática da evasão escolar também esteve presente em estágios obrigatórios realizados ao longo do Curso de Pedagogia, nos quais foi possível observar casos de evasão de alunos durante o período de inserção nas escolas. O estágio de docência nos anos iniciais me fez perceber que a evasão está presente desde os primeiros anos de escolarização e, ainda, se coloca como um dos maiores entraves para a educação das crianças no país. No contexto do estágio referido, surgiram perguntas como: Por que os alunos abandonam a escola? Quais as respostas existentes para a problemática que envolve a evasão escolar? Como impedir que a evasão aconteça?

Partindo dessas dúvidas que surgiram e se intensificaram à medida que avançava na realização do Curso de Pedagogia, meu interesse em pesquisar sobre a evasão escolar foi crescendo até se constituir como foco deste trabalho final de graduação.

Ao iniciar os estudos sobre a temática da evasão escolar fui me questionando sobre quais práticas são mobilizadas para conter a evasão, tendo em vista que a evasão se apresenta como uma situação problema para a educação atual. Nessa direção, também me interessei pela compreensão dos efeitos que as ações de contenção trazem para a educação escolar no presente e, nos estudos iniciados, percebi que diversas são as práticas que visam conter a evasão escolar. Entendi, ainda, que meu objeto de estudo não era a evasão em si, mas as práticas de contenção ou redução da evasão escolar colocadas em operação na história da educação brasileira, mais especificamente, desde os anos de 1990 até o presente.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para melhor compreender a temática da evasão escolar iniciei o estudo pesquisando sobre o tema em diversos *sites* indexadores de artigos científicos, como *scielo*, google acadêmico e também periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Ainda, explorei e utilizei, neste trabalho, o banco de Teses e Dissertações da Capes, a fim de conhecer os estudos realizados nos últimos anos no Brasil sobre a temática.

Ao buscar as teses e dissertações produzidas nos últimos cinco anos, optei pela utilização do descritor “evasão escolar” e apareceram 48.756 teses e dissertações publicadas. Devido ao grande número de trabalhos encontrados, foi preciso reduzir o tempo de busca para os últimos três anos. Assim, entre os anos de 2016, 2017 e 2018 foram encontrados 10.478 trabalhos, o que ainda representou uma quantidade elevada de publicações sobre a temática. Para refinar ainda mais a busca apliquei os filtros disponíveis no *site*, selecionando “Educação” para grande Área do conhecimento, para Área de conhecimento e avaliação, e, ainda, para Área de concentração. Essa busca com os filtros destacados resultou em 134 trabalhos, produzidos nos últimos três anos.

Para conhecer os estudos encontrados e utilizá-los ao longo desta pesquisa, optei por separá-los por ano, distinguindo-os entre dissertações e teses. Também foi necessário observar a temática a qual se relacionam, pois, apesar de todos estarem

vinculados ao assunto e temática geral da *evasão escolar*, também estão relacionados a outros temas. Com a intenção de conhecer melhor esses estudos, separei-os por temáticas e apresento-os na tabela a seguir:

TESES 2016		DISSERTAÇÕES 2016	
TEMÁTICAS RELACIONADAS		NÚMERO DE TRABALHOS ENCONTRADOS	
Gênero e raça	3		7
Violência escolar	1		5
Educação de jovens e adultos	2		2
História da educação	1		6
Inclusão/ inclusão social	3		5
Trabalho docente	2		6
Formação de professores	3		2
<b>Total:</b>	<b>15</b>		<b>33</b>

TESES 2017		DISSERTAÇÕES 2017	
Gênero e raça	2		4
Violência escolar	1		3
Educação de jovens e adultos	2		3
História da educação	3		4
Inclusão/ inclusão social	3		6
Trabalho docente	3		3
Formação de professores	1		3
<b>Total:</b>	<b>15</b>		<b>26</b>

TESES 2018		DISSERTAÇÕES 2018	
Gênero e raça	2		4
Violência escolar	3		4
Educação de jovens e adultos	2		3
História da educação	3		4
Inclusão/ inclusão social	3		7
Trabalho docente	2		3
Formação de professores	2		3
<b>Total:</b>	<b>17</b>		<b>28</b>

Fonte: Autora do estudo.

Os estudos encontrados englobam diversos aspectos sociais e históricos apontando para questões relacionadas principalmente à inclusão escolar, à inclusão social e ao trabalho docente. Os estudos têm mostrado o número expressivo de

crianças e de jovens que deixam de frequentar a escola, por diferentes motivos. Cabe ressaltar que, apesar de o foco desta pesquisa não estar direcionado aos motivos que causam a evasão escolar, foram estes os aspectos mais encontrados na busca pelas Teses e Dissertações produzidas nos últimos anos sobre o tema no Brasil.

Nos diversos artigos lidos sobre o tema da evasão escolar, não somente naqueles selecionados pelo banco de Teses e Dissertações da Capes, mas também nos sites *scielo* e *google acadêmico*, verificou-se que inúmeros pesquisadores têm relatado aspectos sociais que são determinantes para que ocorra o escape dos alunos das salas de aulas, desde a violência física e preconceitos ligados a opção sexual, de gênero, raça e cor sofridas dentro da própria escola até a falta de estrutura familiar e o desemprego dos pais. Cabe ressaltar que a necessidade de ingressar no mercado de trabalho faz com que muitos jovens comecem a trabalhar em situações precárias e acabem abandonando a escola. Nesse sentido, para Batista, Souza e Oliveira (2009, p. 13):

A inserção do jovem ao mercado de trabalho passa a ser uma exigência contínua e, esses jovens e adultos são chamados cedo, considerando suas restrições financeiras, a ingressarem nesse mundo. Muitos destes tentam conciliar o estudo com o trabalho, na perspectiva de adquirirem um melhor emprego e, conseqüentemente, maior remuneração. Entretanto, o cansaço físico, as exigências do trabalho, entre outros motivos, terminam por influenciar fortemente a decisão de abandonar a escola.

Muitas vezes os jovens tentam harmonizar estudo e trabalho, porém o esgotamento mental e físico faz com que abandonem a escola para se manterem trabalhando. Como mencionado anteriormente, outro fator encontrado nos trabalhos publicados se refere a inclusão escolar. Os estudos mostram que muitas crianças e jovens, por não conseguirem acompanhar o ritmo dos colegas, ou mesmo por serem acometidos por algum transtorno, atraso cognitivo ou disfunção, por não aprenderem no mesmo tempo e do mesmo modo que os colegas, se sentem excluídos do restante do grupo e evadem a escola.

Outro ponto que merece ser considerado para entendermos as causas da evasão escolar são as condições de trabalho dos professores e gestores de escolas públicas do nosso país. O papel da gestão na escola é fundamental para controlar a evasão e buscar alternativas para sua redução, entretanto, em razão do grande volume de trabalho a cumprir, tanto de ordem burocrática quanto de manutenção da

infraestrutura das escolas e outras demandas, os gestores acabam não desenvolvendo planos de ação para ajudar os alunos que carecem de maior atenção para que permaneçam na escola. Nesta perspectiva, Batista, Souza e Oliveira (2009, p. 4) apontam que:

O abandono à escola é composto então pela conjugação de várias dimensões que interagem e se conflitam no interior dessa problemática. Dimensões estas de ordem política, econômica, cultural e de caráter social. Dessa maneira, o abandono escolar não pode ser compreendido, analisado de forma isolada. Isto porque, as dimensões socioeconômicas, culturais, educacionais, históricas e sociais entre outras, influenciam-se mutuamente.

Percebeu-se, com a busca pelos estudos que abordam a temática, que é difícil responsabilizar apenas um setor ou encontrar um motivo como determinante da evasão escolar, pois trata-se de um conjunto de fatores que vão se formando e trazendo efeitos preocupantes para o país. A frequência na escola tem se colocado como fundamental para a educação dos indivíduos. Por meio da escolarização se entende ser possível desenvolver distintas habilidades que favoreçam a vida em sociedade. Por essas razões, o tema da evasão escolar é preocupante e nos coloca a necessidade de estudar mais sobre o delineamento dessas situações.

A legislação brasileira estabeleceu a responsabilidade da família e do Estado no que tange a educação e a orientação da criança nos seus estudos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei 9.394/96, preconiza a educação como uma ação cujo dever é compartilhado entre família e Estado, retirando a obrigação de uma instância para fixar a necessidade de parceria entre a família e o Estado. A referida LDB designa o dever das instituições de ensino com a educação, criando mecanismos para ampliar o controle sobre a frequência dos alunos visando criar estratégias para conter o escape de alunos. Conforme o Art. 12 e seus incisos:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos educandos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos educandos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em Lei.

Percebe-se, no documento legal, que a ligação entre a família e a escola é central para o combate à evasão. Fica claro que o sucesso da educação se consolida por meio dessa união, tornada fundamental na LDB de 1996, Lei que vem ampliar a responsabilidade da família frente ao dever da educação escolar.

## **2.1 Panorama histórico das práticas de contenção da evasão escolar**

Para melhor conhecer a problemática em torno da evasão escolar no Brasil, foi preciso fazer uma incursão histórica em relação a ações planejadas visando a contenção da evasão escolar. Nesse sentido, cabe esclarecer que a pesquisa histórica, neste estudo, visa a compreensão do modo como práticas em prol da permanência do aluno na escola, principalmente na educação básica, foram implementadas no Brasil e quais efeitos essas práticas geraram. Para tanto, foi preciso buscar as Leis e políticas que respaldaram práticas de contenção da evasão escolar ao longo da história da educação no Brasil procurando compreender seu funcionamento e seus efeitos no contexto educacional.

Ao fazer um primeiro recuo histórico foi possível perceber que na década de 1930 houve a criação do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). O INEP foi criado com a função de organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais, com o objetivo de subsidiar ações do poder público na área da educação, o que representou um novo modo não apenas de mensurar, mas também de compreender os fenômenos educacionais. Antes da criação do INEP, algumas tentativas de sistematizar os conhecimentos educacionais e de propor melhorias ao ensino já haviam sido articuladas, sem conseguirem, no entanto, alcançar a continuidade desejada. O INEP configurou-se, então, no primeiro órgão nacional a se estabelecer de forma duradoura como fonte primária de documentação, investigação e assistência técnica. Nesse sentido, cabe apontar que o INEP foi um órgão importante pois tornou possível gerar informações estatísticas sobre a população que frequentava ou não as escolas, ou seja, viabilizou a mensuração da evasão escolar e, assim, a própria emergência do fenômeno da evasão nas políticas educacionais brasileiras. Importa compreender que, nesse cenário da década de 1930, se vê surgir as ferramentas de informação que não apenas mostraram um

fenômeno, mas que também o trouxeram à tona de forma crescente, ao longo das décadas posteriores.

Ainda nos anos de 1930, diante do desenvolvimento de uma política governamental econômico capitalista de base nacional, torna-se possível apenas um pequeno aumento de poder aquisitivo a uma também pequena parcela do operariado urbano. Na constituição de 1937, ficava clara a intenção do governo com a educação das classes desfavorecidas, principalmente no que diz respeito a um ensino profissionalizante. Nessa direção, vai se tornando necessária a inserção desse grupo nas escolas e a manutenção de sua permanência também é visada para garantir a formação de força de trabalho especializada, a qual ainda era restrita no final da década de 1930. Essa obrigação do Estado, estendida às indústrias e sindicatos econômicos da época, pode ser vista no artigo 129 da Constituição Federal de 1937:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos estados, dos municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, **escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados** (BRASIL, CF 1937; grifos meus).

Compreende-se assim, que na década de 1930, almejar uma escola de qualidade e para todos, sem distinções e preconceitos, estava longe de se tornar uma realidade para a população brasileira.

No ano de 1961 temos a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 4.024) caracterizada por não ter qualquer preocupação com o ensino básico. Na instituição dessa Lei houve um grande debate no Congresso Nacional, pois foi uma lei que não correspondeu às expectativas dos envolvidos no processo. Na realidade, tornou-se uma solução de compromissos entre os defensores das escolas da rede particular vinculada à igreja que buscavam manter-se no sistema educativo. Nesse contexto, a evasão não se colocava como problema a ser debatido, ao menos, não era central para a educação na época. Isso também se deve a parca parcela populacional que frequentava os bancos escolares. Nem todos tinham reconhecido o direito à educação e, por isso, evadir não se configurava como questão problema naquele cenário social.

No início da década de 1970, a educação brasileira se viu diante de uma nova LDB, a Lei n. 5.692, de 1971. O ensino passou a ser obrigatório dos 7 aos 14 anos. O texto legal também previa um currículo comum para o primeiro e segundo graus e uma parte diversificada, em função das diferenças regionais. Essa LDB não trouxe nenhum programa referente a correção escolar, nem citou uma previsão de aceleração de aprendizagem para alunos com distorção de idade/série (MORGENSTERN, 2016). A referida Lei também não mencionou nenhuma medida preventiva para conter a evasão. Entende-se que naquela década, a educação não era vista pelo prisma de uma educação para todos e também não havia a preocupação com a inclusão ou acessibilidade para que mais pessoas pudessem estar na escola.

Desde a década de 1980 até o presente, houve um crescimento significativo nos programas e Leis que passaram a defender a permanência dos alunos nas escolas. A Constituição Federal de 1988, também deu atenção para o problema da evasão, conforme segue:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, **fazer-lhes a chamada** e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela **frequência** à escola (grifos meus).

Vê-se que na Constituição Federal de 1988 se começou a pensar numa educação que integrasse um contingente maior de pessoas e que não fosse seletiva e elitista. Para tanto, foi necessário implantar novas leis e programas que atendessem a uma perspectiva mais democrática de educação que tornou o acesso à escola mais abrangente. Com o processo de redemocratização do Brasil, no final da década de 1980, realizaram-se diversas críticas ao sistema de ensino anterior e houveram movimentos em prol de uma educação para o exercício da cidadania. Nesse cenário constitui-se um movimento pela expansão das liberdades individuais que passaram a requerer a cidadania e participação social nas decisões do poder público. A perspectiva de uma educação para todos também se alargou nesse cenário e a

evasão se tornou, cada vez mais, um problema que levou a geração de ações estratégicas de contenção.

Na referida constituição entrou em vigor a questão da obrigatoriedade trazendo a ideia de que o indivíduo é um sujeito de direitos e o Estado uma instância de dever. Já no Plano Nacional de Desenvolvimento implantado entre 1980 e 1985, vê-se a intenção de construir “[...] uma sociedade desenvolvida, equilibrada e estável, em benefício de todos os brasileiros, no menor prazo possível” (BORDIGNON, 2011, p. 15). Esse Plano Nacional de Desenvolvimento foi pensado, inicialmente, a partir de políticas de redução da pobreza, controle do endividamento externo e redução da inflação, aumento da renda e do aperfeiçoamento das instituições, tudo isso visando um reflexo positivo na área da educação, a fim de produzir mão de obra qualificada, empregos, geração de renda e de serviços. Nesse sentido, para que o país alcançasse melhores condições de vida, era necessário educar a população.

Já nos anos 1990, 22% da população era analfabeta e somente 38% tinha realizado a primeira parte do ensino fundamental (antiga 4ª série), ou seja, 60% da população não tinha acesso a uma qualificação escolar. A evasão escolar também era bastante significativa: dos 22 milhões de matrículas feitas em 1982, pouco mais de 3 milhões chegaram ao ensino médio em 1991 (SANTOS, 2010).

Importa ressaltar um evento importante que teve impacto positivo, que acarretou mudanças efetivas e aconteceu no ano de 1990, foi a Conferência Mundial de Educação para Todos, financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Participaram, naquela ocasião, 155 governos, que assumiram o compromisso de assegurar a educação básica de qualidade para todos. Dentre os participantes, o Brasil, um dos países com maior nível de analfabetismo na época, se comprometeu a criar ações para mudar a situação na qual se encontrava. As estratégias que foram acordadas naquela conferência buscavam levar em consideração as necessidades básicas de aprendizagem, a eliminação da discriminação na educação, a atenção aos desamparados e portadores de necessidades especiais e a valorização da aprendizagem dos alunos.

Foi então que se criaram inúmeros programas para o acesso ao ensino e incentivo à permanência dos alunos nas salas de aulas. Entre as Leis geradas, está a Lei n. 13.005 de 2014, que estabelece o Plano Nacional da Educação, o qual teve como finalidade direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no país. Com força de lei, o PNE estabeleceu 20 metas a serem atingidas

ao longo de uma década. Dentre essas metas, destaca-se a meta número dois e a meta número cinco, que dizem respectivamente o seguinte:

**META 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos** para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e **garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada**, até o último ano de vigência deste PNE.

**META 5: Alfabetizar todas as crianças**, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental (PNE, 2014; grifos meus).

Um dos riscos ao qual o indivíduo não escolarizado estaria exposto é o de ser analfabeto, uma vez que o analfabetismo é visto como uma barreira para a construção de uma sociedade solidária, livre e justa, sendo a alfabetização um requisito básico para a própria existência de uma democracia. Tais ideias ganharam força principalmente na sociedade atual, onde o conhecimento foi se estabelecendo como “um grande gerador de riqueza” (DINIZ; MACHADO; MOURA, 2014, p. 643). Nessa perspectiva, universalizar o ensino fundamental e garantir que 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, emergem como ações estratégicas para a regulação da conduta dos alunos e promoção de ações que reduzam o risco de um número elevado de alunos que venham a evadir a escola. Percebe-se aqui uma tentativa de gerenciamento do risco, onde universalizar o acesso, zelar pela conclusão do ensino fundamental no tempo recomendado e alfabetizar se constituem como ações para que não ocorra a distorção idade/série, a qual pode se tornar fator preponderante para que no futuro a evasão aconteça.

### **3. METODOLOGIA**

Para a realização do estudo optou-se pela abordagem qualitativa na análise dos dados. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador tem por objetivo aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda e trabalha com dados subjetivos, crenças, valores, opiniões, fenômenos e hábitos. Na abordagem qualitativa, a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto, ou seja, o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar "como" ele se manifesta

nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas. Seguindo essa linha de raciocínio, Richardson (1999, p. 102) destaca que

O objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno.

A pesquisa realizada é documental, pois analisou materiais legais que respaldaram e embasam a educação brasileira desde a década de 1980 até o presente. Nesse sentido, o conceito de discurso é produtivo e auxiliará na compreensão dos enunciados presentes nos documentos. A partir dos Estudos Foucaultianos, o discurso extrapola a fala para abranger as condições de possibilidade de aparecimento dos enunciados, considerados os regimes de verdade que viabilizam sua emergência (FOUCAULT, 1997). Nessa direção, a perspectiva histórica embasa a análise permitindo compreender o cenário em que as práticas passam a existir, como funcionam e sua produtividade (VEIGA-NETO, 2007).

### **3.1 Materiais de análise**

Para a análise desejada foram selecionados documentos legais que integram Leis e programas oficiais da educação brasileira. A escolha pelos materiais teve como critério de seleção tratarem-se de documentos direcionados a regulação da evasão escolar e que tivessem sido instituídos no Brasil. O recorte histórico foi realizado a partir dos estudos realizados ao longo deste TFG, sendo possível perceber a centralidade de programas oficiais de educação com a intenção de conter a evasão que se alargam a partir da década de 1980 até o presente. Entende-se que o contexto histórico corroborou para tal ampliação dessas práticas, devido a uma perspectiva democrática e inclusiva que entrou em vigor no Brasil no final da década de 1980.

Nesse sentido, um estudo aprofundado das principais políticas e Leis do final dos anos de 1980 até o presente foi realizado. Assim, para analisar as práticas de contenção da evasão no presente foram selecionados os programas indicados a seguir. Cabe apontar que a escolha se deu a partir da pesquisa dos programas no *site* do Ministério da Educação, mais especificamente na Secretaria de Educação Básica,

na qual foram encontrados vários programas. Dentre aqueles encontrados, optou-se pela análise de três deles, em razão de serem programas contemporâneos e conterem na sua operacionalização e objetivos, uma proposição semelhante que visa a contenção da evasão escolar. São eles: o Programa *Mais Alfabetização*; o *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa* e o *Novo Mais Educação*.

Em um primeiro olhar, foi possível perceber que os programas atuam de modo preventivo sobre a evasão escolar, propondo a alfabetização das crianças até o terceiro ano do ensino fundamental como uma estratégia para conter o risco e de repetências, fracasso e abandono da escola. Também pode-se compreender os três programas como integrantes de uma política educacional nacional que emerge na década de 1990 e se fortalece nos últimos anos visando a prevenção da evasão escolar.

O programa Mais Alfabetização implantado em 2018, tem por finalidade a alfabetização (leitura, escrita e matemática) dos estudantes matriculados no 1º e 2º ano do ensino fundamental por meio de acompanhamento pedagógico específico. No programa se verifica a prevenção ao abandono, à reprovação, à distorção idade/ano, mediante a intensificação de ações pedagógicas voltadas ao apoio e ao fortalecimento do processo de alfabetização. As ações que mais se destacam no programa foram selecionadas a partir da leitura do material que compõe o Mais Alfabetização e da sinalização das enunciações que mais aparecem no material. As recorrências estão pontuadas no quadro a seguir:

Quadro 1: Programa Mais Alfabetização

“**Fortalecer o processo de alfabetização** dos anos iniciais do ensino fundamental, por meio do atendimento às turmas de 1º e 2º anos”

“Viabilizar atendimento diferenciado às unidades escolares vulneráveis”

“Promover o **acompanhamento sistemático**, pelas redes de ensino e gestão escolar, **da progressão da aprendizagem dos estudantes** regularmente matriculados no 1º e 2º anos do ensino fundamental”

“Avaliar o impacto do programa na aprendizagem dos estudantes, com o objetivo de gerar evidências para seu aperfeiçoamento”

“Estimular a cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios”

Fonte: material de pesquisa (grifos meus).

Nessa mesma linha, há também o programa novo Mais Educação, iniciado em 2017, almeja a redução do abandono escolar, da reprovação e da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar. Pretende-se com este programa, alcançar melhores resultados de aprendizagem no ensino fundamental, nos anos iniciais e finais, e também a ampliação do período de permanência dos alunos na escola. Ao fazer a leitura criteriosa do programa, destaca-se as seguintes recorrências discursivas:

Quadro 2: Novo Mais Educação

<p>“Alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico”</p> <p>“<b>Redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano</b>, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar”</p> <p>“<b>Melhoria dos resultados de aprendizagem</b> do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais – 3º e o 9º ano do ensino fundamental regular”</p> <p>“<b>Ampliação do período de permanência dos alunos na escola</b>”</p>
--

Fonte: material de pesquisa (grifos meus).

Já o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), criado em 2012 está diretamente ligado a meta número 5, proposta no PNE de 2014, que estabelece a obrigatoriedade de “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”. Para garantir a alfabetização de todas as crianças, como mencionado nas estratégias, dentro de cada meta, exige-se uma visão sistêmica da educação, sendo um dos pilares para que se tenha sucesso em outras metas a serem alcançadas no referido PNE. Em especial a de número 2, que determina universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que os alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do Plano.

O Pacto representa um compromisso que foi assumido pelos governos federal, estadual e municipal de garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, no final do terceiro ano do ensino fundamental. No PNAIC, entende-se que o fato de haver crianças que concluem o ciclo de alfabetização sem estarem plenamente alfabetizadas gera um problema que pode comprometer o seu futuro e o futuro do país. A partir desse entendimento, o Pacto emerge como uma ação decorrente de políticas preventivas medida que assumem uma perspectiva

estratégica para tentar impedir que futuramente esses alunos abandonem a escola, por não estarem alfabetizados depois do terceiro ano do fundamental, o que acarretaria prejuízos para os educandos e para o país. Vejamos as enunciações que se destacam nos apontamentos do PNAIC:

### Quadro 3: Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

Estabelece a obrigatoriedade de **“Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”**

“Fortalecimento do regime de colaboração e do diálogo entre União, Estados, Municípios, instituições formadoras e escolas”

“Estabelecimento da escola como *locus* preferencial da formação continuada, oferecendo um ambiente de paz, **contrário a qualquer tipo de discriminação, propício à aprendizagem e à inclusão de todos**, colocando o foco nos estudantes e na prática docente”

“Os entes federados, ao formalizarem sua adesão, reafirmam seu **compromisso com a alfabetização e o letramento de todas as crianças** até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental”

“Garantir a participação dos professores, coordenadores pedagógicos e articuladores nas atividades de formação, sem prejuízo da carga horária em sala de aula”

“Envolver as gestões estaduais e municipais no monitoramento das ações do programa e na avaliação periódica dos resultados dos estudantes”

“Ênfase na responsabilidade dos sistemas públicos de Educação Básica em realizar o diagnóstico da alfabetização e letramento dos estudantes de suas redes, definir metas, acompanhar resultados e fazer a gestão do programa, respondendo pela qualidade da educação pública”

Fonte: material de pesquisa (grifos meus).

Todas essas ações vêm sendo implementadas no tempo presente e se colocam como centrais desde a década de 1990, onde há uma ascensão de políticas de inclusão. Os anos 2000 também ampliaram tal perspectiva inclusiva com o Movimento Todos pela Educação - TPE, em que todos deveriam estar matriculados e frequentando a escola. O Movimento Todos pela Educação trata-se de um movimento da sociedade civil iniciado em 2006 e planejado por um grupo de empresários, que teve como propósito contribuir para a melhora da qualidade da educação no Brasil. Para tanto, o Movimento estabeleceu cinco metas a serem atingidas até o ano de 2022.

As 5 Metas

Meta 1 – Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola.

Meta 2 – Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos.  
Meta 3 – Todo aluno com aprendizado adequado à sua série.  
Meta 4 – Todo aluno com Ensino Médio concluído até os 19 anos.  
Meta 5 – Investimento em Educação ampliado e bem gerido.  
(TPE, 2009, p. 18)

O Movimento trouxe o entendimento de que a educação precisa ser ampliada abrangendo a todos. Nesse sentido, foi preciso instituir políticas que promovessem ações direcionadas aquela parcela da população que ainda permanecia fora do alcance da escola, caso de um número significativo de alunos com dificuldades de aprendizagem, repetentes, em situação de distorção em relação a idade/série e que por tais situações, ocupavam uma posição vulnerável e considerada de risco de evasão e abandono da escola.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Para melhor entendermos como se dá o funcionamento desses três programas, foi preciso fazer uma leitura minuciosa dos mesmos. Após a leitura, foi preciso destacar os excertos dos documentos que tratavam de ações de contenção da evasão escolar. Para melhor organizar esses excertos extraídos dos documentos e analisá-los, elaborei uma tabela na qual agrupei os excertos a partir das recorrências enunciativas encontradas nos materiais. Após essa elaboração, construí quadros com as enunciações recorrentes, o que me auxiliou a visibilizar as práticas de contenção da evasão escolar no presente, compreendendo melhor seu modo de funcionamento e seus efeitos.

A partir do contexto de redemocratização instaurado no Brasil em meados dos anos de 1980, foi possível a instituição de políticas mais inclusivas na década de 1990, as quais foram condições de possibilidade para que um conjunto de políticas educacionais com enfoque corretivo emergissem no contexto atual promovendo a contenção da evasão escolar de modo preventivo (MORGENSTERN, 2016). Essas medidas foram colocadas em prática e trouxeram como possibilidade para a contenção da evasão escolar a ampliação do tempo na escola, a flexibilização dos ritmos e formas de compreender a aprendizagem, bem como a flexibilização dos modos de avaliar e acompanhar o processo de aprendizagem. As adaptações e a flexibilização possibilitaram o alargamento das medidas de contenção da evasão

escolar ao ampliarem os mecanismos de manutenção dos alunos no contexto escolar reduzindo as repetências e ajustando o tempo e avaliação da aprendizagem almejados pela escola aos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos. As adaptações curriculares permitem que um número cada vez maior de sujeitos se sintam contemplados pela escola, tendo em vista que, ao se mostrar acolhedora com a diversidade dos alunos, a escola os mantém incluídos nas suas ações. Esse direcionamento assumido pelas escolas a partir das políticas educacionais visa trazer novos modos de conduzir o processo pedagógico que abarque as diversidades encontradas no contexto escolar e que não poderiam mais ser desconsideradas, na perspectiva dos programas analisados. De acordo com tais programas, a escola precisaria criar ações para incluir a todos fazendo o máximo para que os alunos permaneçam na escola e não evadam.

#### Quadro 4: Flexibilização da Aprendizagem

<p><b>“Fortalecer o processo de alfabetização dos anos iniciais do ensino fundamental, por meio do atendimento às turmas de 1º e 2º anos”</b> (Programa Mais Alfabetização)</p> <p><b>“Avaliar o impacto do programa na aprendizagem dos estudantes, com o objetivo de gerar evidências para seu aperfeiçoamento”</b> (Programa Mais Alfabetização)</p> <p><b>“Alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico”</b> (Programa Novo Mais Educação)</p> <p><b>“Melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais – 3º e o 9º ano do ensino fundamental regular”</b> (Programa Novo Mais Educação)</p> <p><b>“Incluir professores alfabetizadores e da Educação Infantil com boas experiências no grupo de professores formadores, valorizando o protagonismo dos bons educadores”</b> (PNAIC)</p> <p><b>“Garantir a participação dos professores, coordenadores pedagógicos e articuladores nas atividades de formação, sem prejuízo da carga horária em sala de aula”</b> (PNAIC)</p>
--

Fonte: Materiais de pesquisa (grifos meus).

Observa-se no quadro acima, algumas ações para promover a melhoria da aprendizagem dos alunos, onde o objetivo maior é a alfabetização dos mesmos, partindo da lógica que se todos forem alfabetizados na idade certa e na série certa, no futuro, as chances de evadir da escola serão menores. Dentro disso há um grande envolvimento das escolas, professores e governos, para colocar em prática, monitorar e avaliar os programas que estão sendo colocados em prática, e criar estratégias para a aprendizagem desses alunos.

Quem avalia os resultados desses programas, é o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) que é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), é um sistema composto por três avaliações externas, que são aplicadas em larga escala e que têm como principal objetivo diagnosticar a educação básica do Brasil. Ou seja, ele avalia a educação nacional em suas diversas esferas, o Saeb é um conjunto de avaliações externas aplicadas nacionalmente para acompanhar a qualidade da educação.

Quadro 5: democratização e ampliação do tempo na escola

<p><b>“Ampliação</b> do período de permanência dos alunos na escola” (Novo Mais Educação)</p> <p>“Viabilizar <b>atendimento diferenciado</b> às unidades escolares vulneráveis” (Mais Alfabetização)</p> <p><b>“Promover o acompanhamento sistemático</b>, pelas redes de ensino e gestão escolar, da progressão da aprendizagem dos estudantes regularmente matriculados no 1º e 2º anos do ensino fundamental” (Mais Alfabetização)</p> <p>“Provocar a redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a <b>implementação de ações pedagógicas</b> para melhoria do rendimento e desempenho escolar” (Novo Mais Educação)</p> <p>“Estabelece a <b>obrigatoriedade de “Alfabetizar todas as crianças</b>, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental” (PNAIC)</p> <p>“Estabelecimento da escola como <i>locus</i> preferencial da formação continuada, oferecendo um ambiente de paz, contrário a qualquer tipo de discriminação, propício à aprendizagem e à inclusão de todos, colocando o <b>foco nos estudantes e na prática docente</b>” (PNAIC)</p> <p>“Envolver as gestões estaduais e municipais no <b>monitoramento das ações do programa</b> e na avaliação periódica dos resultados dos estudantes” (PNAIC)</p> <p><b>“Ênfase na responsabilidade</b> dos sistemas públicos de Educação Básica em realizar o diagnóstico da alfabetização e letramento dos estudantes de suas redes, definir metas, <b>acompanhar resultados e fazer a gestão do programa</b>, respondendo pela qualidade da educação pública” (PNAIC)</p>
--

Fonte: Materiais de análise (grifos meus).

No que se refere a evasão escolar, a maioria das ações que estão mentadas no Brasil atualmente, seguem uma lógica preventiva, organizando-se no sentido de diminuir o risco que o elevado número de crianças e jovens evadidos da escola poderiam ocasionar. Nessa perspectiva, a ampliação do tempo de permanência das crianças e jovens na escola, é algo que vem sendo discutido há algum tempo, sendo uma das maiores estratégias propostas para diminuir o risco da evasão. Manter os alunos dentro dos muros das escolas, fazendo atividades extracurriculares, tem se

colocado como uma alternativa vislumbrada pelas políticas públicas a nível nacional e até mesmo em outros países, haja vista a criação de programas a nível nacional como “A escola que protege” (2005) e a indicação da possibilidade de tempo integral em outros documentos como o PNE (2014).

Conforme o PNAIC, as crianças que possuem mais de oito anos de idade e que não concluíram o ciclo de alfabetização, correm o risco de comprometer o seu futuro e o futuro do país. Por isso, as ações do Pacto, como a aquisição de materiais didáticos e programa de formação continuada para professores, apresentam um caráter preventivo onde se está investindo na alfabetização com o objetivo de conter a defasagem ou um possível atraso no ciclo da alfabetização. Além do abandono escolar, outro problema é que “muitas crianças brasileiras concluem o ciclo destinado à sua alfabetização sem estarem plenamente alfabetizadas. Um problema que pode comprometer gravemente o seu futuro e, assim, o futuro de nosso país” (PNAIC, 2012).

Para atingir sua finalidade, o programa, além das ações citadas, possui um sistema informatizado que insere os resultados das avaliações em larga escala. Ainda que o programa se direcione aos primeiros anos de ensino escolar, fica visível sua finalidade organizada na ordem da prevenção em relação a possíveis distorções idade-série que podem vir a acontecer. Como o documento do Pacto mostra, é necessário criar avaliações desde muito cedo para corrigir o fluxo escolar, antecipando “[...] estratégias de acompanhamento especial às crianças que, em relação aos objetivos esperados, estejam precisando de apoio pedagógico mais intenso e diferenciado” (PNAIC, 2012, p. 35). Nesse sentido, o acompanhamento sistemático permite estabelecer um controle da frequência dos alunos na escola e melhor gerenciar o risco de evasão.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação escolarizada, ao se consolidar como obrigação por meio da qual os indivíduos podem se transformar e alcançar melhores condições de vida, coloca o problema daqueles que estão fora do espaço escolar. Muitos têm levantado a bandeira da educação para todos, e nesse cenário foi necessário perguntar pelo que fazer com aqueles que estão fora da escola, aqueles chamados evadidos. A evasão

escolar passa, progressivamente, a ser vista como um problema diante do imperativo de educação para todos e do lugar naturalizado que a escola assumiu desde a sua emergência, na Modernidade. No Brasil, a evasão escolar tornou-se um problema crescente e os modos de quantificar aqueles que estão fora da escola tornaram-se, com o passar do tempo, mais minuciosos, assim como as ações investidas para a redução ou contenção da evasão.

Ao realizar uma busca por documentos que fazem um levantamento de dados sobre educação no Brasil, viu-se que as discussões sobre rendimento escolar foram iniciadas na época da República, quando apenas uma parcela muito pequena da população frequentava a escola. Entretanto, o problema em torno do rendimento escolar aumentou em meados do século XX e também se tornou alvo de investimentos cada vez mais urgentes (KROETZ, 2019).

Objetivou-se com essa pesquisa, verificar o funcionamento dos programas educacionais brasileiros que agem para combater a evasão escolar no presente, visto que esta representa uma ameaça, diante dos objetivos da escola. Nesse sentido, foi preciso pesquisar quais programas educacionais estão ativos no presente e quais ações são delineadas por esses programas, a fim de exercer um controle sobre a evasão. Dentre os programas analisados, percebeu-se que os mesmos tem como objetivo fazer com que os alunos alcancem padrões de aprendizagem considerados normais, e também demonstram uma vontade de corrigir o indivíduo que não está na idade certa, que possui dificuldades de aprendizagem ou que em suas características diversas não se mantenha nas categorias de aprendizagem estipuladas pela escola moderna. Assim, não é apenas a qualidade da educação ou da aprendizagem que está em jogo, mas uma otimização do fluxo de formação dos estudantes juntamente com a ideia de que aluno atrasado representa um custo maior para o Estado.

A preocupação com o perigo e com o risco da evasão escolar passa a ser alvo de uma prevenção que deve ser calculada. Um sujeito não pode se tornar incapaz de se conduzir a si mesmo, pois causaria prejuízo e insegurança à sociedade. Por essa razão, a manutenção dos estudantes na escola por meio de estratégias pautadas no interesse, na contenção, e na aceleração daqueles que param de frequentar a escola, acabam funcionando como uma prevenção que pode evitar um prejuízo para o indivíduo e a sociedade.

Observou-se que para conter a evasão escolar, os programas educacionais no presente atuam antecipando o risco a partir de cálculos estatísticos que dizem da

realidade escolar brasileira e agem por meio de dois grandes mecanismos: \* a ampliação do tempo de permanência na escola e \* a democratização e flexibilização da aprendizagem (nesse conjunto de ações também há uma flexibilização dos modos de avaliar e acompanhar a aprendizagem). Assim, democratizando o acesso à educação, ampliando o tempo de permanência na escola e adotando medidas mais flexíveis em relação ao tempo e ritmo de aprendizagem dos alunos, tem-se a constituição de uma estratégia de contenção da evasão que atua pela correção antecipada de uma possível evasão futura, tendo em vista seu caráter democratizante que procura incluir a todos conduzindo-os a se manterem frequentes na escola.

Para isso, os estudantes passam a ser atendidos de modo variado, e a escola passa a aplicar estratégias que se adaptem a diversidade dos indivíduos, garantindo apoio mais severo e diferenciado para aqueles que necessitam. Tudo isso e a condução da conduta dos escolares só pode ser feito se o aluno ingressa e permanece na escola, por isso é tão importante fazer com que ninguém evada.

Desse modo, conter a distorção idade-série, a repetência e os altos índices de evasão escolar fazem com que se possa amenizar o risco de colocar em xeque o projeto de desenvolvimento econômico do país. Nessa direção, os programas aliam estratégias de resgate da defasagem escolar e de aceleração da aprendizagem como potentes estratégias de regulação e contenção da evasão, onde se defende que todos aprendam, mesmo que para isso os modos de pensar a aprendizagem na escola precisem ser desconstruídos. Assim, os diferentes ritmos e diversidades de aprendizagem passam a ser consideradas no cenário atual levando a novos modos de compreender a avaliação e o acompanhamento da aprendizagem dos alunos. O acompanhamento permanente e a flexibilização tornam-se condições necessárias para a ampliação dos mecanismos de manutenção de todos na escola.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, S. D.; SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, J. M da S. **A Evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso**. Revista Profissão Docente, Uberaba, v.9, n.19, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF, 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 6.692, de 11 de agosto de 1971**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF, 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF, 1996.

BRASIL. **Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília/DF, 2014.

BRASIL. **Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa**. Currículo no ciclo de alfabetização: consolidação e monitoramento do processo de ensino e de aprendizagem. Ano 2: unidade 1. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/2012-09-19-19-09-11>>. Acesso em 05 de jun. 2019.

BRASIL. **Movimento todos pela educação**. 2006. Metas do Movimento [online]. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/>>. Acesso em: 5 jun. 2019.

FOUCAULT, M. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970 -1982)**. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>. Acesso em: 5 abr. 2019.

KROETZ, K. Evasão escolar e governamentalidade: uma analítica das tecnologias de governo para a manutenção de todos na escola. 2019. 299 f. **Tese** (Doutorado em Educação em Ciências e Matemática) Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática, Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC, Porto Alegre, 2019.

LAKATOS, M. E.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. 4 ed. São Paulo. Revista e Ampliada. Atlas, 1992.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. **Verbetes aceleração de aprendizagem**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira. Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/aceleracao-de-aprendizagem/>>. Acesso em: 22 de jun. 2019.

MORGENSTERN, J. M. Práticas de correção e aprendizagem: produção de subjetividades na contemporaneidade. 2016. 311 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, S. L. O. dos. **As políticas educacionais e a reforma do estado no Brasil**. 2010, 122p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação**. 2. ed. Coleção Pensadores e Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

DINIZ, G. M.; MACHADO, D. Q.; MOURA, H. J. **Políticas públicas de combate ao analfabetismo no Brasil**: uma investigação sobre a atuação do Programa Brasil Alfabetizado em municípios do Ceará. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v.48, n.3, 2014, p.641-666.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937.**

Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm). Acesso em: 17 out. 2019

BORDIGNON, G. **Caminhar da Educação Brasileira**: muitos planos, pouco planejamento. In: SOUZA, Donaldo Bello; MARTINS, Angela Maria (Org.). Planos de Educação no Brasil: Planejamento, Políticas, Práticas. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 29-53

LANÇAMENTO NACIONAL DO PROJETO ESCOLA QUE PROTEGE. Undime, 2006.

Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/lancamento-nacional-do-projeto-escola-que-protege>> Acesso em: 10 de nov. de 2019.